

Lei Maria da Penha não reduz mortes

Estudo do Ipea mostra que proporção de casos em 2011 supera números de 2001

**Felipe Tau
Ana Pinho**
ESPECIAL PARA O ESTADO

A Lei Maria da Penha foi incapaz de reduzir a taxa de mortalidade de mulheres por agressão. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado ontem mostrou que a proporção de feminicídios por 100 mil mulheres em 2011 superou o patamar de 2001 – 5,43 vítimas, ante 5,41. A lei, de agosto de 2006, estabeleceu uma série de medidas de proteção e tornou mais rigorosa a punição contra a violência.

Ao comparar a taxa de mortes por agressão nos períodos anteriores e posteriores à lei, o Ipea constatou um retrocesso. De 2001 a 2006, foi verificada uma taxa de 5,28 feminicídios por 100 mil mulheres – praticamente a mesma encontrada entre

2007 e 2011, de 5,22. Em 2007, primeiro ano da lei, observou-se decréscimo de 5,02 para 4,74 – revertido no ano seguinte.

O relatório tabulou os dados de 2009 a 2011 por região. O Nordeste lidera, com 6,90 feminicídios por 100 mil mulheres. Em seguida, estão Centro-Oeste (6,86), Norte (6,42), Sudeste (5,14) e Sul (5,08). Na divisão por Estado, Espírito Santo apresenta o maior número (11,24) e Piauí, o menor (2,71). São Paulo aparece em 25.º lugar, com 3,74.

O Ipea estima que entre 2001 e 2011 ocorreram mais de 50 mil feminicídios no Brasil – aproximadamente 5 mil mortes por ano e mais de dez por dia.

Para a coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Ingrid Leão, a lei é um instrumento importante, mas não o único, no combate à violência contra a

VIOLÊNCIA

● Mortes de mulheres tiveram leve queda em 2007, mas voltaram a subir

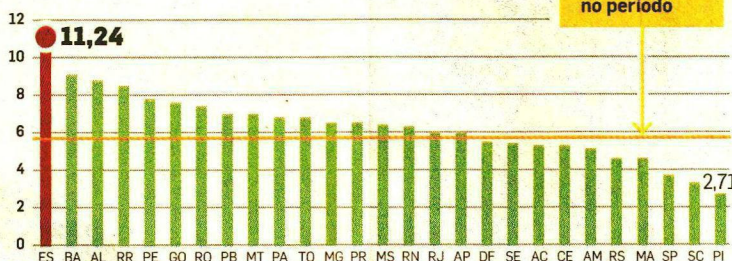
Mortalidade de mulheres por agressões

ÓBITOS EM 100 MIL MULHERES



Por Estado, de 2009 a 2011

ÓBITOS EM 100 MIL MULHERES



FONTE: IPEA

5,8 é a média do País no período

● Perfil 60%

das vítimas são negras, conforme o estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mais da metade das mulheres pesquisadas tinha entre 20 e 39 anos.

mulher. “Não é só por ter uma delegacia que um homem vai deixar de matar uma mulher. É necessário movimentar a sociedade por uma cultura de não vio-

lência, por uma educação não sexista”, explica.

Segundo Ingrid, a taxa é um indicativo de que os governos estaduais e federal precisam assumir um compromisso maior com políticas públicas de proteção das mulheres.

Metodologia. O Ipea esclarece que não há estimativas nacionais sobre a proporção de mulheres que são assassinadas por seus companheiros no Brasil. Por isso, foi considerado no estudo o total de mortes de mulheres por agressões, um indicador

● Sugestão

Para aprimorar as estimativas, o estudo recomenda que se inclua um campo, na declaração de óbito, que permita identificar mortes decorrentes de violência doméstica, familiar ou sexual.

aproximado de feminicídios. Os dados foram recolhidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Os pesquisadores apontam que os registros não documentam a relação entre vítima e agressor nem o motivo do crime.

A pesquisa conclui que há a “necessidade de reforço nas ações previstas na Lei Maria da Penha, bem como a adoção de outras medidas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, à efetiva proteção das vítimas e à redução das desigual-

dades de gênero no Brasil”.

O Ipea defende também a aprovação de projeto de lei que tipifica o crime de feminicídio. Dessa forma, seria possível aumentar a pena do agressor.

Histórico. A Lei Maria da Penha estabeleceu que todo caso de violência doméstica em uma família é crime, que deve ser apurado por inquérito policial. O nome é uma homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Fernandes, de 68 anos, vítima de duas tentativas de homicídio, em 1983.